

**TERMO DE DOAÇÃO Nº. 006/CEGÁS/2022**  
**PROCESSO SCDOC Nº 9109/2022**

**TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, O FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE, O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO-CEDI/CE E A ENTIDADE BENEFICIÁRIA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS - SAC, PARA OS FINS NELE INDICADOS.**

Pelo presente instrumento, a **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo** e o Diretora Presidente **Francisca Maria Maia**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e o **FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE**, inscrito no CNPJ nº 26.113.661/0001-17, com sede na cidade Fortaleza, no estado do Ceará, na Rua Soriano Albuquerque, nº 230, Bloco B, bairro Joaquim Távora, Cep. 60.130-160, doravante denominada **FUNDO ESTADUAL**, neste ato representado pelo(a), **Fabiane Danni Araújo** residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO-CEDI-CE**, com sede na cidade Fortaleza, no estado Ceará, na Rua Nunes Valente, nº 2138, bairro Dionísio Torres, Cep. 60.125-071, doravante denominado **CONSELHO ESTADUAL**, neste ato representado (a) pelo(a) **Presidente Fabiane Danni Araújo**, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a Entidade **Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC**, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, com sede na Avenida Bezerra de Menezes, nº 892, bairro São Gerardo, Cep: 60.325-001, inscrita no CNPJ sob nº 07.018.138/0001-67, doravante denominada **ENTIDADE BENEFICIÁRIA** neste ato, representada pelo(a) Presidente **Maria Lizélia Sá e Almeida Soares**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, celebram o presente **Termo de Doação**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO**

1.1. O presente Termo tem como fundamento a Lei Federal nº 13.303/2016, a Lei Federal nº 12.213/2010.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. O presente **Termo de Doação** tem por objeto a doação de recursos ao **FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE**, em favor da **Entidade Beneficiária Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC**, que será administrado e acompanhado pelo **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO-CEDI/CE**, conforme especificações constantes no processo administrativo, no Edital do Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, bem como a Descrição do Projeto **“CENTRO DE REABILITAÇÃO VISUAL DO IDOSO DA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS”**.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Para a execução do objeto deste Termo, serão destinados pela CEGÁS ao **FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE**, recursos no valor de **R\$ 37.000,00** (trinta e sete mil reais), a serem desembolsados em uma única parcela, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE, devendo ser repassado à **Entidade Beneficiária Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC**.

3.2. O Fundo deve repassar os recursos financeiros para a(s) entidade(s) executora(s), no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da efetivação das destinações de recursos pela CEGÁS, podendo esse prazo ser prorrogado mediante aditamento a ser firmado entre as partes em virtude de não ter sido suficiente para conclusão dos trâmites normativos e legais necessários ao repasse dos valores definidos;

3.3. A destinação financeira objeto deste Termo será efetuada por meio de depósito na **conta corrente nº 2805-9, Agência 0919-9, Operação 006, Banco 104 –Caixa Econômica Federal - CEF**, de titularidade do **FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE**.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência e realização deste Termo será **de até 15 (quinze) meses** contados a partir da data da celebração deste instrumento.

4.2. O prazo de execução do presente Termo é **de 12 (doze) meses** contado após publicação no DOE o extrato deste instrumento contratual, prazo este em que o objeto a ser executado deverá ser realizado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 172 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS ATRIBUIÇÕES

#### 5.1. COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS:

a) adotar as providências internas necessárias à viabilização da destinação dos recursos, na forma prevista, ao **FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE**.

#### 5.2 FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ – FEICE:

a) apresentar à CEGÁS, no prazo de **60 (sessenta)** dias após a assinatura do presente instrumento, recibos assinados comprovando as destinações efetuadas pela CEGÁS;

b) apresentar à CEGÁS informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados;

c) apresentar à CEGÁS, no prazo de **90 (noventa)** dias após a assinatura do presente instrumento, cópia dos comprovantes de entrega da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) entregue à Receita Federal.

### 5.3. SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS - SAC:

- a) após o recebimento dos recursos repassados pelo **FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ - FEICE**, executar de forma plena e fiel o projeto “**CENTRO DE REABILITAÇÃO VISUAL DO IDOSO DA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS**”, selecionado pelo Edital Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, conforme condições propostas no projeto;
- b) apresentar à CEGÁS informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados;
- c) obter autorização de uso de imagem dos participantes dos projetos contemplados, a ser enviada à CEGÁS juntamente com os relatórios semestrais.

### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual nos termos do § 1º do art. 195, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILCS, a seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

7.1. O Fundo, o Conselho e a Entidade Beneficiária (executora) do projeto declaram que não se encontram em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. Declaram também que não existe sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos das entidades ou de seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz), trabalho escravo (ou análogo), assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Entidade BENEFICIÁRIA (ou seus dirigentes), observado o devido processo legal.

### CLÁUSULA OITAVA – DA INTEGRIDADE, ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

8.1. A plena execução do objeto deste Termo pressupõe, além do cumprimento das cláusulas e condições definidas neste instrumento, a observância por parte dos BENEFICIÁRIOS de procedimento de integridade, conduta ética e adoção de procedimentos anticorrupção na execução dos serviços, atendendo integralmente ao que dispõe a Lei nº 12.846/13. Para tanto, os BENEFICIÁRIOS:

8.1.1. Para fins da presente cláusula, **DECLARAM**:

a) ter ciência de que o disposto na Lei nº 12.846/13 aplica-se ao presente TERMO;

b) ter pleno conhecimento do que dispõe a Lei nº 12.846/13, em especial no que se refere à prática de atos lesivos à Administração Pública, tendo ciência da responsabilização administrativa e civil a que ficará sujeito na hipótese de cometimento de tais atos, além das penalidades aplicáveis, nos termos da referida Lei;

c) ter ciência de que a prática de atos lesivos à Administração Pública, definidos no art. 5º da Lei nº 12.846/13, sujeitá-lo-á à aplicação das sanções previstas na referida Lei, observados o contraditório e a ampla defesa;

8.1.2. Fica obrigado a:

a) cumprir fielmente o disposto na Lei nº 12.846/13, abstendo-se do cometimento de atos lesivos à Administração pública, definidos no art. 5º da Lei retro mencionada, mormente no diz respeito a práticas corruptas e/ou antiéticas;

b) respeitar e exigir que seus colaboradores respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Manual de Ética e de Conduta nos Negócios da CEGÁS, cujo teor poderá ser acessado no site [www.pegas.com.br](http://www.pegas.com.br), no seguinte caminho: <http://www.pegas.com.br/gas-natural/downloads/>;

c) disseminar entre seus colaboradores alocados na prestação dos serviços objeto deste TERMO o conhecimento sobre o disposto na Lei nº 12.846/13, de modo que seja assegurado que os mesmos entendam os termos da referida Lei e tenham consciência da relevância do tema integridade e ética na execução dos serviços;

d) cuidar para que nenhuma pessoa ou entidade ofereça, dê, se comprometa a dar a quem quer que seja, aceite ou se comprometa a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção perante a legislação vigente, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo, ou de outra forma que não relacionada a este, devendo-se garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma;

e) manifestar aos seus colaboradores alocados na prestação dos serviços objeto deste TERMO, bem como a qualquer pessoa ou entidade que aja em seu nome, a proibição de que qualquer um deles utilize meio imoral ou antiético nos relacionamentos com os empregados da CEGÁS;

f) cooperar com a CEGÁS e demais órgãos, entidades ou agentes públicos, em caso de denúncia, suspeita de irregularidades e/ou violação da Lei nº 12.846/13 referentes ao presente TERMO.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos alcançados pela Lei 13.303/2016 ou outras normas apropriadas.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO TERMO

9.1. A inexecução total ou parcial deste Termo pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Termo e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

9.2. Considera-se em mora a ENTIDADE BENEFICIÁRIA pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

### 9.3. Constituem motivo para a rescisão do termo:

- I – O não cumprimento de suas cláusulas especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- V – A instauração de insolvência civil;
- VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) ENTIDADE BENEFICIÁRIA;
- VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da ENTIDADE BENEFICIÁRIA, que prejudique a execução deste termo;
- VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CEGÁS e exaradas no processo administrativo a que se refere este termo;
- IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do termo, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a ENTIDADE BENEFICIÁRIA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

### 11.4. A rescisão deste termo poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- III – Judicial, nos termos da legislação;

## **CLÁUSULA DÉCIMA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

10.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CEGÁS e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CEGÁS, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CEGÁS. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A CONTRATADA não deverá repassar ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.

d) Caso necessários, auxiliar a CEGÁS na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A CONTRATADA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.

e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.

f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CEGÁS assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CEGÁS. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;

ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;



- iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

10.2. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CEGÁS para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

10.3. A CONTRATADA deverá notificar a CEGÁS em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelo CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

10.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CEGÁS e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE**

11.1. A CONTRATADA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CEGÁS.

11.2 A CONTRATADA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no “CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE” da CEGÁS, disponível para download no sítio eletrônico da CEGÁS. Dessa forma, não caberá ao CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

11.3 A CONTRATADA, sem excluir o dever da CEGÁS, está obrigado a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

11.4 A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CEGÁS, dentre os quais:

a. <https://cearatr transparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;

b. [ouvidoria@cegas.com.br](mailto:ouvidoria@cegas.com.br);

c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;

d. [comissao.etica@cegas.com.br](mailto:comissao.etica@cegas.com.br);

e. [cae@cegas.com.br](mailto:cae@cegas.com.br);

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTICORRUPÇÃO

12.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CEGÁS, disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

12.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

12.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

12.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:



a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

- i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,
- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- i) não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- ii) não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- iii) não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

12.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

12.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

12.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CEGÁS, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza/CE.,

DocuSigned by:  
Francisca Maria Maia  
2667567CFD96480...  
**FRANCISCA MARIA MAIA**  
Diretora Presidente  
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS

DocuSigned by:  
Leandro Petsold dos Santos Araújo  
6E5C9CE948FF4E3...  
**LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS

DocuSigned by:  
Fabiane Danni Araújo  
408D65ESA2494DD...  
**FABIANE DANNI ARAÚJO**  
Presidente  
Fundo Estadual do Idoso o Ceará - FEICE/Conselho Estadual dos Direitos do Idoso-  
CEDI-CE

DocuSigned by:  
Mário Soares  
735BE11C86C9277...  
**MARIA LIZÉLIA SÁ E ALMEIDA SOARES**  
Presidente  
Sociedade de Assistência aos Cegos - SAC

### TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:  
Paulo Sérgio Souto Mota  
85F278B0C30E423...  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

DocuSigned by:  
Jorge Alexandre de Oliveira Neto  
892A52508897432...  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: